
TENDÊNCIAS E IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Elisângela de Carvalho Franco

(Instituto Federal de Rondônia)

Resumo: O presente artigo tem, por objetivo, enfatizar a relevância do processo de alfabetização no desenvolvimento educacional infantil, bem como demonstrar as tendências e as implicações que permearam a sua aquisição. Para tanto, as questões que norteiam este estudo foram: de que forma ocorreu o processo de alfabetização no contexto histórico brasileiro? E quais tendências e implicações estão ligadas ao seu processo de aquisição? A metodologia presente no artigo apoia-se na técnica de pesquisas bibliográficas, tendo por base autores, como: Becker (2005); Cagliari (2003); Freire (1992); Gadotti (2003); Vygotsky (1998), dentre outros. Conclui-se que a alfabetização foi um processo adquirido de forma gradual, porém, significativo para o panorama educacional. E, com a introdução de concepções, métodos e suas implicações no processo de aquisição, estas foram fundamentais para a leitura e para a escrita. Estes foram fatores essenciais que implicaram a aquisição da alfabetização, bem como contribuíram para a melhoria da aprendizagem infantil.

Palavras-chave: Alfabetização. Tendências. Métodos. Aprendizagem.

TRENDS AND IMPLICATIONS IN THE PROCESS OF LITERACY

Abstract: This article aims to emphasize the importance of literacy in children's educational development and demonstrate trends and implications that have permeated its acquisition. Therefore, the questions that guide this study are: how have literacy occurred in the Brazilian historical context? And what trends and implications are linked to its acquisition? The methodology in the article relies on the literature research technique, based on authors such as Becker (2005), Cagliari (2003), Freire (1992), Gadotti (2003), and Vygotsky (1998), among others. Therefore, it is concluded that literacy was a process gradually acquired but significant to the educational scenario. Also, the introduction of concepts, methods and their implications in the acquisition process was essential for the development of reading and writing skills. To conclude, these were essential factors that resulted in literacy acquisition, conditioned teaching practice and contributed to improving children's learning.

Keywords: Literacy. Trends. Methods. Learning.

Introdução

Sabe-se que o processo de alfabetização é muito mais que codificar e decodificar os símbolos da comunicação escrita. Envolve todo um processo do qual o professor é o mediador e os alunos são os sujeitos dessa construção. De acordo com Freire e Macedo (1990), esta é uma relação entre os educandos e o mundo, mediada pela prática transformadora desse mundo, que tem lugar precisamente no ambiente em que se movem os educandos.

Sob esse aspecto, as bases do processo de alfabetização estão ligadas ao desenvolvimento da história da educação. Já no contexto educacional brasileiro, sua evolução está relacionada às análises ideológicas, sociológicas e históricas que marcam o processo de leitura e escrita.

Este é um estudo que tem por base a pesquisa bibliográfica, tendo como indagações as seguintes propostas: de que forma ocorreu o processo de alfabetização no contexto histórico brasileiro? E quais tendências e implicações estão ligadas ao seu processo de aquisição?

O objetivo central é enfatizar a relevância do processo de alfabetização no desenvolvimento educacional infantil, bem como demonstrar as tendências e as implicações que permearam a sua aquisição.

O artigo está estruturado em três tópicos, sendo o primeiro uma breve contextualização do contexto histórico educacional; o segundo descreve as tendências pedagógicas que influenciaram no processo de leitura e escrita e, por fim, aponta as implicações que condicionam os pré-requisitos necessários à aprendizagem.

Breve histórico da alfabetização

Sabe-se que há muito tempo, precisamente na antiguidade, o acesso à leitura e à escrita era um privilégio dos sacerdotes. Isto porque, na tradição católica, apenas os religiosos deveriam saber ler. Para os protestantes, no entanto, nenhum intérprete poderia se opor entre o crente e as escrituras.

Segundo Cagliari (2003) os semitas, os gregos e os romanos criaram alfabetos, tabuinhas ou pequenas pedras, nas quais

podiam encontrar o alfabeto e que serviam de caminho para as pessoas aprenderem a ler e a escrever. Nesta época não havia uma preocupação com a alfabetização, mas com a catequese, pois o que importava era a instrução religiosa.

No contexto histórico brasileiro, os primeiros alfabetizadores foram os jesuítas que fundaram as escolas brasileiras, cujo objetivo era ensinar os índios e os filhos dos colonos a ler, a escrever, a contar números e a falar a língua portuguesa. A base dos conteúdos era a instrução religiosa, voltada à compreensão das Sagradas Escrituras.

Após a expulsão dos jesuítas em 1759, o ensino ficou à deriva durante dez anos, causando retrocesso no sistema educacional brasileiro. Somente em 1772, o ensino passou a ser oficial, baseando-se nas chamadas 'aulas régias' de disciplinas separadas. Entretanto, nesta época, somente a aristocracia e as pessoas com um poder aquisitivo melhor podiam ter acesso ao ensino, pois, diferentemente da maioria da população, tinham condições de custear os gastos.

A partir da Revolução Francesa, em meados de 1789 a 1799, a escola tornou-se universal e a educação passou a ser um direito para todos. Com isso, a educação se estendeu à educação das crianças, tornando-se um dos principais focos, pois antes este era um privilégio destinado aos adultos.

Quando se iniciou o processo de alfabetização, o método escolhido foi o silábico, surgindo assim, as expressões silábicas 'BA', 'BE', 'BI', 'BO' e 'BU'. Mais tarde, estas expressões serviram para o princípio das cartilhas de alfabetização.

A partir do início dos anos 1960, surgiram os movimentos que tinham como objetivo alfabetizar as classes populares. Entre esses movimentos, citam-se: Centros Populares de Cultura (CPC); Movimento de Educação Popular; Movimento de Educação de Base (MEB); e a Campanha 'De pé no chão também se aprende a ler'. Um dos grandes educadores que contribuiu para o processo de alfabetização usado nesses movimentos, principalmente o de jovens e adultos, foi Paulo Freire.

Paulo Freire desenvolveu uma metodologia que tinha como função alfabetizar a classe mais oprimida da sociedade, por considerar que esta era desprovida de conhecimento, principalmente, o da escrita e o da leitura. Para Freire (1992), os indivíduos aprendem por meio da dialética. E, ainda, a essência

das ideias era que, “antes de ensinar uma pessoa a ler as palavras, era preciso ensiná-la a ler o mundo” (FREIRE, 1992).

Nos anos 1970, surge o Movimento Brasileiro de Alfabetização, conhecido como *Mobral*, cuja proposta era erradicar o analfabetismo. No entanto, teve pouca duração, tendo sido encerrado em 1985, surgindo no lugar a Fundação Educar, cujo objetivo era alfabetizar os cidadãos brasileiros.

Nos anos 1980, ocorreu a disseminação do construtivismo atrelado às ideias de Jean Piaget e as pesquisas de Emilia Ferreiro, com a ênfase na psicogênese da língua escrita, além de outros métodos de alfabetização que tiveram como princípio a concepção sociointeracionista.

Já nos anos 1990, a alfabetização ultrapassou o significado de ir além da codificação e decodificação. Assim, como foi expresso por Freire e Macedo (1990, p. 10):

[...] uma relação entre os educandos e o mundo, mediada pela prática transformadora desse mundo, que tem lugar precisamente no ambiente em que se movem os educandos, sendo considerada a alfabetização como uma ‘construção significativa capaz de dinamizar a potencialidade do aprendiz’.

Por meio desta nova proposta surgiu, no final da década de 1990, uma nova visão para alfabetização, o letramento, com objetivo de ensinar os usos e as formas da língua para se escrever em português, sendo necessário e sempre que possível, fazê-lo em situações comunicativas. Significa também trazer para a escola a diversidade textual que existe fora dela, ou seja, o mundo letrado (SOARES, 2001).

A definição mais adequada para o fenômeno do letramento no processo de alfabetização foi proposta por Soares, que assim o definiu: “este é o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e da leitura e de suas práticas sociais (SOARES, 2001, p.31).

Portanto, muitos foram os percursos históricos da alfabetização no contexto brasileiro e alguns focos pelo mundo, mas percebe-se que ainda falta muito para melhorar, considerando que o mundo encontra-se em constantes transformações, sendo necessário que os educadores reflitam sobre a sua prática em sala de aula e que o processo tenha significado. Ou como diria Gadotti (2003, p. 58), “para ensinar é necessário gostar de aprender, de

ensinar e de amar o aprendiz (a criança, o adolescente, o adulto e o idoso). Tornar a profissão um encantamento e, ao mesmo tempo, ser um encantador dela”.

A influência das tendências pedagógicas

Por traz das ações da prática pedagógica, tanto na atualidade como na metodologia do professor, as tendências epistemológicas refletiram na alfabetização, algumas de modo positivo e outras de forma superficial, sem tanto destaque. Quanto à relevância, Mool (2001, p. 47) destaca que, “é necessário analisar as tendências epistemológicas atreladas às implicações na prática pedagógica”. Desta forma, alguns dos aspectos que rodeiam as tendências estão centrados no conteúdo, na aprendizagem e na relação professor-aluno, sendo de extrema importância o estudo de cada uma delas no contexto da alfabetização.

A Tendência Empirista

A teoria empirista expressa-se em um modelo de aprendizagem conhecido como de estímulo-resposta. Esse modelo define a aprendizagem como a substituição errada por respostas certas. Assim, definido nos estudos de Thorndike,

Quem aprende se vê colocado frente a uma situação-problema que surgiu porque precisa obter algo que deseja. Nessas condições, o educando apresenta uma série de respostas. Aquela que tiver como consequência o objeto desejado será fortalecida e repetida em situações semelhantes (SABINI, 1995, p. 127).

Em outras palavras, o autor expõe que a educação ocorrerá frente a situações que exigem a solução desse problema, condicionando o educando até sua completa resposta, para obter a satisfação. Até que volte a ocorrer novamente.

Pode-se dizer que, na concepção empirista, o conhecimento está fora do sujeito e é internalizado através dos sentidos, ativados pela ação física e perceptual. O sujeito da aprendizagem seria vazio na sua origem, sendo preenchido pelas experiências que tem com o mundo.

A concepção defende a ideia de que o objeto de estudo é o meio para que haja assimilação do conhecimento. Com isso, focaliza dois enfoques pedagógicos para a teoria: a tradicional e a comportamentalista.

A tendência tradicional abrange as concepções e práticas educacionais brasileiras, desde a chegada dos jesuítas até os dias atuais. Nesta abordagem tem-se o entendimento de que a aprendizagem é aos poucos internalizada pelo indivíduo. Isto é, o conhecimento se realiza de modo cumulativo e é adquirido de maneira gradativa.

Freire (1992) definiu essa prática pedagógica tradicional como educação bancária, já que se limitava à ação de ensinar em forma de depósito, um saber pré-fabricado pelo o aluno. Isto é, memorizavam e reproduziam o que aprendiam (MOOL, 2001, p. 56).

A tendência comportamentalista iniciou-se no Brasil nos anos 1950, tendo abrangência nos estudos de Skinner em 1953. Esta abordagem rejeita quaisquer manifestações afetivas e imaginárias presentes na vida mental, em função de princípios de objetividades.

Ambas os enfoques fazem parte das tendências liberais da pedagogia desenvolvidas dentro das escolas brasileiras. Nas tendências tradicionais e comportamentalista há, basicamente, apropriações dos métodos tradicionais, em que a língua escrita é apresentada como um produto pronto que necessita ser incorporado pelo alfabetizando em partes iguais, devendo acontecer num tempo determinado, ou seja, o aluno precisa aprender a ler em apenas um ano (MOOL, 2001, p. 32).

A Tendência Apriorista

Nesta tendência o conhecimento precisa ser organizado fora do sujeito para, posteriormente, ser incorporado. Para Piaget (1987), o pensamento apriorista é resultado de um processo ensino-aprendizagem gradativo de estruturas pré-formadas na composição psicofisiológica do indivíduo.

A tendência apresenta aspectos da Pedagogia não-diretiva de Karl Rogers. Muitos consideram essa prática como espontaneísta, pois permite ao aprendiz ir em direção ao conhecimento

espontâneo, procurar e conferir significados em seu próprio ritmo. Assim, preconiza que a aprendizagem da leitura e da escrita é configurada por um estalo, também considerado como *insight*, significando o momento em que o aluno externaliza a habilidade de leitura e escrita.

Enfim, nesta abordagem, a escrita é exposta no ambiente da sala de aula à disposição dos educandos, por meio de materiais impressos, etiquetagem dos objetos e recursos visuais. O professor é considerado um facilitador do processo ensino-aprendizagem. Pois deixa os materiais de leitura e escrita à disposição dos estudantes; assim, o educador não pode intervir no ritmo de aprendizagem do educando (MOOL, 2001).

A tendência Construtivista

O construtivismo foi uma abordagem que teceu o desenvolvimento da inteligência determinado pelas ações entre o indivíduo e o meio, respondendo aos estímulos externos para organizar seu conhecimento. Becker conceituou esta tendência como:

A ideia de que nada, a rigor, está pronto, acabado, e de que, especificamente, o conhecimento não é dado, em nenhuma instância, como algo terminado. Ele se constitui pela interação do indivíduo com o meio físico e social, com o simbolismo humano, com o mundo das relações sociais; e se constitui por força de sua ação e não por qualquer dotação prévia, na bagagem hereditária ou no meio, de tal modo que podemos afirmar que antes da ação não há psiquismo nem consciência e, muito menos pensamento (BECKER, 2005, p. 89).

Nas palavras do autor, esta é uma forma de conhecimento onde o aluno interage com o seu meio físico e social, não sendo algo pronto. Mas, uma ação das relações sociais.

No construtivismo, há três aspectos do desenvolvimento infantil: o afetivo, o social e o perceptivo-motor. O afetivo relaciona-se à aceitação, auto-estima e à acomodação emocional. No social, destacam-se o respeito, os limites, a aceitação e a construção de regras. Por fim, no desenvolvimento perceptivo-motor, há a coordenação motora grossa e fina e as percepções (táteis, gustativas, visuais, auditivas, olfativas) (BECKER, 2005).

Na escola, a criança precisa passar por todos esses três tipos de conhecimentos para chegar à função simbólica, que é a capacidade de representar algo por meio de símbolos ou signos. O professor deve respeitar o nível de desenvolvimento das crianças. Não podendo ir além de suas capacidades nem as deixando agir sozinhas.

No construtivismo, é importante considerar que o aluno é um sujeito que está atribuindo sentidos e significados ao mundo e aos objetos que o cercam. E o significado que ele atribui está de acordo com a sua capacidade de assimilar o conteúdo. A criança não vê o mundo como ele é na realidade objetiva, mas como ela quer. Assim, deve-se garantir o direito da criança em formular hipóteses de acordo com as próprias ideias e testá-las (BECKER, 2005). Esta é a função didática mais importante da prática construtivista.

Um dos precursores do construtivismo foi Jean Piaget, defendendo o aspecto cognitivo-construtivista. Mas, além dele, Vygotsky (1998) defendeu o desenvolvimento do indivíduo como resultado de um processo sócio-histórico, argumentando que a aquisição dos conhecimentos acontece pela interação do sujeito com o meio.

Tanto o construtivismo de Piaget, como o interacionismo de Vygotsky, tem fundamentação científica bastante semelhante, já que ambos admitem que o conhecimento não provem apenas dos objetos externos ou do sujeito, mas da interação entre o sujeito e o objeto de estudo. O construtivismo também não é espontaneísta, pois a construção precisa ser provocada, numa prática provocadora e desafiadora.

Os princípios construtivistas passaram a orientar os trabalhos na alfabetização nas escolas e, pouco a pouco, foi expandindo para as demais disciplinas. Ele não é um método de ensino, mas o nome genérico dado às diversas tentativas de aplicar nas salas de aula as concepções desenvolvidas, principalmente, por Piaget.

Portanto, a maior contribuição do construtivismo às escolas foi revelar que a criança não pensa como o adulto e nem por isso é menos inteligente. A criança tem um modo próprio de entender as coisas, que vai evoluindo até atingir o pensamento adulto. Para os construtivistas, a criança não absorve os estímulos passivamente, mas empenha-se em progredir, tentando compreender as coisas de forma ativa e criativa. Manipula os objetos, faz perguntas, observa,

reflete e ‘inventa’ explicações, elabora hipóteses na tentativa de dar sentido às coisas que vê, ouve e constata (FREIRE, 1992).

Implicações quanto aos métodos de aquisição

Sabe-se que algumas crianças chegam à escola com algumas noções de compreensão do princípio alfabético. Outras pensam que o número de letras de uma palavra é igual ao número de sílabas de uma palavra; e, outras sequer entendem que as letras escritas têm relação com os sons das palavras.

Ao entrar para a escola, é esperado que a criança tenha vencido as etapas de compreensão e expressão da palavra falada, para que, na época da alfabetização, possa estar apta a desenvolver os estágios superiores da linguagem, que são, respectivamente, a compreensão da palavra impressa – a leitura – e a expressão da palavra impressa – a escrita (PILETTI, 1999).

Quando se fala das dificuldades de leitura e escrita e, especificamente do processo da alfabetização, são muitas as prerrogativas quanto às condições de aprendizagem da criança. Neste contexto é necessário verificar se houve a aquisição do desenvolvimento físico, intelectual e emocional, bem como de todas as habilidades e funções necessárias para aprender.

Discriminação visual e auditiva, orientação espaço-temporal, coordenação visomotora são habilidades básicas que devem ser desenvolvidas como preparação à alfabetização. De forma que a criança, ao começar a operar com palavras, não encontre dificuldade em distinguir semelhanças e diferenças entre letras, em orientar-se no espaço gráfico quanto à ordem e a sucessão das letras, em identificar esquerda e direita no momento de ler e de escrever (CAGLIARI, 2003).

A fala, a leitura e a escrita não podem ser consideradas como funções autônomas e isoladas, mas sim como manifestações de um mesmo sistema, que é o sistema funcional de linguagem. A fala, a leitura e a escrita resultam do harmônico desenvolvimento e da integração das várias funções que servem de base ao sistema funcional da linguagem desde o início de sua organização (POPPOVIC, 1981, p. 29).

Essas estimulações perceptivas, que se desenvolvem no estágio da pré-escolarização, precisam ter continuidade no processo formal. Nisso deve-se ressaltar, ainda, que a ênfase no desenvolvimento dessas habilidades básicas extrapole o preparatório e a continuidade no decorrer do processo de alfabetização, quando inicia o treino específico da leitura e da escrita de palavras e frases.

No período preparatório, além da estimulação geral das funções básicas de discriminação visual, orientação espaço-temporal, percepção auditiva, cabe ao professor programar um conjunto de atividades específicas de discriminação auditiva e treino articulatório (PILETTI, 1999, p.63). Essas atividades têm por finalidade instrumentar a criança para que desenvolva sua capacidade de articular adequadamente os fonemas, bem como de discriminar esses fonemas em diferentes contextos.

O treino articulatório e a discriminação auditiva são importantes nessa fase por ser uma forma de prevenção e recuperação das falhas que a criança apresente no nível da produção e do reconhecimento dos sons. Ao lado desse treino articulatório e de discriminação auditiva, desenvolve-se também um treino de percepção visual com a finalidade de estimular a memória visual da criança. Ao mesmo tempo em que se desenvolve a percepção visual do traçado das letras, dá-se o trabalho motor da reprodução desse traçado. Assim, a criança treina a capacidade de se orientar no espaço gráfico, observando a posição adequada do papel, o uso da pauta, do início, do fim da linha e a marcação de parágrafos.

Segundo Lemle (1997, p. 65):

Nesse processo todo, a criança vai percebendo que a sequência dos sons da fala é representada por uma sequência de letras, numa correspondência linear, e que a sua fala se segmenta em unidades com significado, duas das quais são importantes na escrita: as palavras, que vêm representadas entre espaços, e os períodos, que são representados começando por letra maiúscula e terminando por ponto.

Ou seja, a criança começa a perceber que os sons que emitem formam uma sequência lógica de letras, as quais darão significado ao seu vocabulário no processo de formação das palavras, conseqüentemente, da escrita.

A importância do desenvolvimento das habilidades básicas na alfabetização tem a função de fornecer à criança os pré-requisitos necessários para a aprendizagem da leitura e da escrita. Entretanto, alguns educadores que se angustiam nesta fase do desenvolvimento da criança deixam de dar a devida estimulação para essas habilidades.

Ao iniciar o processo de alfabetização propriamente dita, a criança vai operar com palavras, sílabas e letras. Em face disso, é importante refletir sobre alguns aspectos que envolvem a aquisição dos automatismos da grafia, visto que o trabalho de alfabetização é norteado por vários métodos que auxiliam o professor na aquisição do processo de leitura e escrita. Piletti (1999, p. 65) em seus estudos destacou que, no processo de alfabetização, há três métodos de orientação, a saber:

a) método de orientação sintética, em que se inicia o ensino da leitura e da escrita por letra ou som (alfabético ou fonético) e por sílabas (silábico);

b) método de orientação analítica, em que o ponto de partida é um conjunto significativo: palavra (palavração), oração (sentenciação), história (conto), tema (unidade de experiência);

c) método misto ou eclético, que trabalha simultaneamente com o mecanismo da análise e da síntese; assim, por exemplo, analisa-se a palavra-chave, decompondo-a em sílabas e, em seguida, através da síntese, formando novas palavras.

De acordo com o autor, em qualquer um dos três métodos, consegue-se alfabetizar a criança, um jovem ou um adulto. Entretanto, observa-se que há uma preferência pelo método misto, pois faz a união dos dois métodos anteriores no processo de alfabetização. Além disso, é relevante destacar outro aspecto de aquisição que é o da gradação das dificuldades ortográficas apresentadas pelas palavras-chave. É neste momento, devido a tantas dificuldades dos processos de aquisição dos grafismos que o trabalho docente torna-se mais cansativo.

Embora tenham sido descritos aspectos relacionados à aquisição de automatismos da escrita, cabe chamar atenção para a importância da contextualização da palavra-chave como forma de extrapolar os limites de um trabalho puramente mecânico. A palavra-chave tem que ter significado e está o mais próximo da realidade.

Segundo Massini-Cagliari (1994, p.26):

No processo de alfabetização, a leitura precede à escrita. Na verdade, a escrita nem precisa ser ensinada se a pessoa souber ler. Para escrever, uma pessoa precisa, apenas, reproduzir graficamente o conhecimento que tem de leitura. Por outro lado, se uma pessoa não souber ler, o ato de escrever será simples cópia, sem significado.

Assim, seguindo a linha de pensamento dos autores, a criança envolvida com o seu redor, ou seja, as atividades contextualizadas com o meio, assimila com maior rapidez, tornando a atividade docente menos exaustiva e mais prazerosa. É o que argumenta Ferreiro (1992, p. 25):

As crianças são facilmente alfabetizáveis, desde que descubram, através de contextos sociais funcionais, que a escrita é um objeto interessante que merece ser conhecido (como tantos outros objetos da realidade ao quais dedicam seus melhores esforços intelectuais).

Ou seja, o ato de escrever precisa e deve ser algo que a criança tenha prazer, assim como se dedica a outros que demonstra interesse aos seus esforços. Gadotti (2003) observa que o importante é aprender com emoção e ensinar com alegria, pois é preciso ter a percepção de humanização na transmissão dos conhecimentos e, portanto, a aprendizagem precisa ter sentido.

Considerações Finais

A trajetória da alfabetização perpassa por vários momentos sociais de grande relevância educacional, visto que, em seu percurso, era voltada para uma classe privilegiada, principalmente, para os membros da igreja que detinham o poder. No Brasil, o processo de alfabetização teve vários momentos e diversos objetivos, mas com as mesmas finalidades, isto é, a instrumentalização da leitura e da escrita.

No princípio, o objetivo da alfabetização estava voltado para a catequese e, mais tarde, o processo foi oficializado por meio das aulas régias. A partir do momento que se iniciou o método silábico, propriamente, a alfabetização surgiu. Além disso, com a disseminação de várias concepções pedagógicas, seu significado tornou-se mais amplo com a introdução da diversidade textual e com o fenômeno letramento.

Outro fato que marcou profundas transformações foram as tendências pedagógicas no processo de ensino e de aprendizagem, cujas abordagens no princípio foram distintas. Isto porque, na tendência empirista, o conhecimento era cumulativo, já na apriorista os conhecimentos estavam pré-determinados, sendo que, no construtivismo, o conhecimento era estabelecido nas relações do indivíduo com o meio.

Já no processo de aquisição da leitura e da escrita, o essencial é o desenvolvimento das habilidades básicas, visual, auditiva, visiomotora. O método misto contribuiu para o processo de alfabetização, aglutinava a essência dos outros dois anteriores.

A alfabetização, portanto, foi um processo adquirido de forma gradual, porém, significativo para o panorama educacional. A introdução de concepções, métodos e suas implicações no processo de aquisição auxiliaram no enriquecimento da leitura e da escrita. Enfim, a relevância do percurso histórico, dos pré-requisitos necessários e das tendências pedagógicas foram fatores essenciais que implicaram no processo de aquisição da leitura e da escrita, além de contribuir para a melhoria da aprendizagem infantil, assim como da adulta.

Referências Bibliográficas

BECKER, Fernando. *Epistemologia do Professor: o cotidiano da escola*. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bú*. São Paulo: Scipione, 2003.

FERREIRO, Emília. *Com todas as letras*. São Paulo: Cortez, 1992.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez, 1992.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. *Alfabetização: leitura da palavra do mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GADOTTI, Moacir. *Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido*. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2003.

LEMLE, Miriam. *Guia teórico do alfabetizador*. São Paulo: Ática, 1997.

MASSINI-CAGLIARI, G. *Decifração da escrita: um pré-requisito ou uma primeira leitura? Leitura: Teoria e Prática*. Campinas: Mercado Aberto, ALB, n. 23, junho, 1994.

MOOL, Jaqueline. *Alfabetização possível*. Reinventando o ensino e o aprender. São Paulo: Mediação, 2001.

PIAGET, Jean. *O nascimento da inteligência na criança*. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

PILETTI, Claudino. *Didática Especial*. 15 ed. São Paulo: Editora Ática, 1999.

POPPOVIC, Ana Maria. *Alfabetização: disfunções psiconeurológicas*. 3 ed. São Paulo: Vetor, 1981.

SABINI, Maria Aparecida Cória. *Fundamentos de Psicologia Educacional*. 4 ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Sobre a autora:

Elisângela de Carvalho Franco é Mestre em Teologia na área de pesquisa de Ética e Gestão pela Faculdade Superior de Teologia (EST). Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidad Nacional de La Plata (UNLP).

Recebido em: 26/4/2015

Aceito para publicação: 29/11/2015